



UMA ANÁLISE DA PROVA BRASIL COM ENFOQUE NOS PROCESSOS DE LEITURA E ESCRITA

Sandra Mara Kusiak – UPF

Resumo: Este artigo tratará de algumas questões da avaliação externa que vem ocorrendo nas instituições de ensino brasileiras nos últimos anos, a qual ganhou força com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 e com o Ministro Paulo Renato Souza. Neste trabalho, a ênfase será na Prova Brasil, através de uma análise crítica de sua aplicação, estrutura e abordagem cognitiva, fazendo algumas relações com a aquisição da linguagem verbal e escrita nos alunos do ensino fundamental.

Palavras-Chave: Prova Brasil; avaliação; escrita.

Introdução

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vinculado ao Ministério da Educação (MEC) tem como objetivo promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o intuito de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. Para gerar os dados e estudos educacionais, o Inep realiza levantamentos estatísticos e avaliativos em algumas etapas da educação básica e na educação de jovens e adultos.

Como parte integrante da estrutura organizacional do Inep, tem sob sua responsabilidade, além da Prova Brasil, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Exame nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), Provinha Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que complementa junto com a Prova Brasil a avaliação da educação básica.

Através da Constituição Federal de 1988, que garante o direito à educação, que durante longos anos no Brasil significou o direito de matrícula em alguma escola, teve avanços recentes e reflexivos sobre os direitos individuais, e então passou a significar o

direito ao aprendizado de competências cognitivas básicas e gerais. Porém, o que seriam estas competências básicas e gerais?

No Brasil a partir dos anos 80 começa a emergir as ideias neoliberais e ganham espaço na política brasileira, as quais já haviam sido implantadas nos Estados Unidos pelos governos Thatcher e Reagan. Surgem questionamentos sobre o papel das escolas e das universidades para o crescimento da economia, sendo que o estado investe muito dinheiro nestas instituições. Diante disso, inicia-se uma verificação acerca dos resultados, e cabe obviamente ao estado desempenhar esta tarefa.

Observa-se nesta perspectiva uma visão controladora, objetivista, classificatória e punitiva. Passa a ser utilizada pelo governo a fim de definir os financiamentos e a eficiência da instituição.

Assim algumas políticas de acompanhamento e controle começam a ser implantadas nas instituições de ensino, e parte destas necessidades são atendidas com a introdução da Prova Brasil, um dos instrumentos utilizados para medir a competência leitora e matemática, aplicada a cada dois anos, em crianças e jovens do quarto e nono ano do ensino fundamental de todos os municípios do Brasil.

Portanto, a Prova Brasil torna-se uma política pública implementada pelo Governo Federal, através do MEC, o qual lançou em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar a educação oferecida às nossas crianças, jovens e adultos.

O PDE sistematiza várias ações na busca de uma educação equitativa e de boa qualidade, organizando-se em torno de quatro eixos: educação básica, superior, profissional e alfabetização.

A fim de mobilizar e impulsionar a sociedade para efetivar o PDE, foi criado o Plano de Metas que estabelece um conjunto de diretrizes para que a União, os estados, o Distrito federal e os municípios, em regime de colaboração, somam esforços para superar a extrema dificuldade de oportunidades existentes em nosso país. O Plano objetiva criar condições para que todos os brasileiros tenham acesso a uma educação de qualidade e sejam capazes de atuar crítica e reflexivamente no contexto em que se inserem.

O PDE objetivou metas que contribuem para que as escolas e secretarias de educação possam viabilizar o atendimento de qualidade aos alunos, com foco nas salas de aula. Mas para que de fato os objetivos fossem almeçados com afinco, o MEC precisava identificar as redes de ensino municipal ou estadual que apresentam maiores dificuldades no desempenho escolar, para então dar uma maior atenção, apoio financeiro e de gestão a estas instituições.

Com esta finalidade o PDE, disponibilizou um instrumento denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O Ideb seria, portanto, o termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas do Brasil. Ele seria calculado através de dois indicadores: fluxo escolar (passagem dos alunos pelas séries sem repetir, avaliado pelo Programa Educasenso) e desempenho dos estudantes (avaliado pela Prova Brasil nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática).

Conforme o Ministério da Educação (2008) o Ideb é um dos eixos do PDE que permite realizar uma transparente prestação de contas para a sociedade de como está a educação em nossas escolas. Desta forma, a avaliação seria a primeira ação concreta para aderir às metas do Compromisso e receber o apoio técnico e financeiro do MEC. Para o Ministério da Educação este seria o caminho, através do qual, a educação básica brasileira daria um salto de qualidade. Porém, foi evidenciada a necessidade de analisar toda a diversidade e especificidades das escolas brasileiras. Em razão desta avaliação da educação básica, foi criada a Prova Brasil, a qual possibilitaria retratar a realidade de cada escola, em cada município, avaliando assim as competências construídas e as habilidades desenvolvidas a fim de detectar as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

O resultado desta avaliação, como um instrumento cognitivo, é utilizada para ampliar a gama de informações que subsidiarão a implementação das medidas e propostas que venham a auxiliar e superar as deficiências detectadas em cada escola avaliada.

Para o MEC os resultados da prova aplicada em 2007, 2009 e agora em 2011 mostram, com mais clareza e objetividade, o desempenho dos alunos do ensino fundamental, o que permite uma análise destes resultados e então possíveis mudanças das políticas públicas sobre a educação básica brasileira. Mas será que de fato a Prova Brasil faz esse diagnóstico se apenas gera uma classificação para cada aluno? Da forma como as questões são formuladas e aplicadas avaliam o processo como um todo? Como ter um retrato da qualidade do ensino no Brasil avaliando apenas a competência leitora de nossos alunos?

A prova composta por questões que são associadas a uma análise pedagógica e a uma reflexão sobre a prática, avalia o ensino da leitura, em Língua Portuguesa, e a resolução de problemas significativos, em Matemática, processos que ocorrem na sala de aula e cujos resultados refletem a aprendizagem de todas as áreas do conhecimento que são trabalhadas na escola.

Neste artigo será dado um enfoque especial para a disciplina de Língua Portuguesa, através da qual a avaliação parece ser imparcial e diagnóstica apenas em parte as habilidades necessárias para o desenvolvimento cognitivo do ser humano.

Para o Ministério da Educação (2008) a Prova Brasil é um importante instrumento utilizado, pois contribui para dimensionar os problemas da educação básica brasileira e orientar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas educacionais que conduzam à formação de uma escola de qualidade. Já o professor pode fazer uso deste instrumento para refletir sobre sua prática escolar e sobre o processo de construção do conhecimento dos alunos, considerando a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento das habilidades necessárias para o alcance das competências exigidas na educação básica.

A prova é um teste composto apenas de itens calibrados e pertencentes a uma escala previamente definida. Parte da premissa de que “se o aprendizado da leitura é um direito, é necessário definir operacionalmente o que é saber ler para uma criança de 11 anos ou um jovem de 14”. Portanto, apresenta um grande repertório de textos de gêneros, tamanhos, complexidade e temas diferentes que, se lidos e entendidos, atestam o domínio da competência leitora. Basicamente isto que é feito pela Prova Brasil, definindo através de uma escala de medida de 0 a 500 pontos a competência leitora do aluno.

Os textos da prova são previamente analisados e quando o aluno acerta ou erra cada item (questão), sabe-se em que nível de leitura se encontra. A nota em leitura é classificada em 10 níveis, no entanto, ainda não foi estabelecido claramente em quais destes níveis um aluno deve estar quando domina a competência leitora de forma adequada. A opção tomada pelo movimento Compromisso Todos pela Educação definiu que os alunos do 5º ano devam ter a nota acima de 200 pontos e os do 9º ano acima de 275. Esses parâmetros passaram a ser adotados pelo PDE. Para considerar a variação natural entre os alunos, estabeleceu-se que pelo menos 70% dos alunos da escola a ser avaliada, deve estar acima destes níveis. Para finalizar, o Ministério afirma que para estes resultados auxiliarem pedagogicamente, é preciso identificar e descrever itens acertados pelos alunos com nota no ponto que se quer interpretar. Só assim, a Prova Brasil poderá influenciar na melhoria do ensino público.

Como outras políticas públicas, a Prova Brasil tem recebido críticas. Uma delas é focada na forma com que as competências leitora e matemática são analisadas pela prova, captando apenas aspectos superficiais dessas competências. As questões formuladas concentram-se em medir competências, consideradas básicas pelo MEC, Inep e outros órgãos que pensam a educação, e, portanto, qualquer estratégia que dote os alunos de capacidade de

responder corretamente aos itens da Prova Brasil, estará lhes permitindo consolidar competências fundamentais para o exercício da cidadania, mesmo que for de forma automatizada e treinada.

Para que as escolas formem cidadãos críticos e atuantes na sociedade é preciso ir muito além com a nossa educação. Conforme Antunes (2003) é necessário que cada profissional envolvido com o processo ensino-aprendizagem discuta a educação de forma reflexiva, crítica e criativa. Os professores precisam trabalhar com o objetivo de formar cidadãos para o exercício fluente, adequado e relevante da linguagem verbal, oral e escrita, capazes de criticar, opinar e decidir.

Porém de que forma isso poderá um dia concretizar-se no ensino público brasileiro se o diagnóstico aplicado nas escolas do Brasil avalia apenas a capacidade leitora de nossos alunos. E as demais competências? Não são importantes e necessárias para o desenvolvimento cognitivo dos alunos?

Seguindo as ideias de Antunes (2003) o professor precisa oferecer aos alunos práticas pedagógicas de ensino que desenvolva as habilidades de planejar, escrever e reescrever textos, para cada tipologia. Em segundo lugar, é necessário que os professores detenham-se de processos capazes de analisar sua própria prática em sala de aula, e utilizar o erro como uma estratégia de aprendizagem. Assim, o processo ensino-aprendizagem se qualificaria e a educação dos alunos das escolas das redes públicas municipais e estaduais melhoraria significativamente.

A Prova Brasil tem esta finalidade, porém sua elaboração não contempla, em especial, a aquisição da linguagem escrita, que é uma das principais habilidades à formação crítica dos alunos, indivíduos que atuem na sociedade, que tenham o poder da palavra. A prova como um instrumento de diagnóstico da educação brasileira poderia ser muito mais eficiente se incluísse neste processo avaliativo o processo da escrita.

Porém as habilidades avaliadas pela Prova Brasil sintetiza-se em localizar, identificar, distinguir, estabelecer, inferir, interpretar e reconhecer, todas no que refere a medir a capacidade leitora dos alunos.

São 15 descritores e cada um possibilita analisar uma habilidade.

D1 – Localizar informações explícitas no texto.

D2 – Estabelecer relações entre as partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade dele.

D3 – Inferir o sentido de uma palavra ou expressão.

D4 – Inferir uma informação implícita em um texto.

D5 – Interpretar texto com o auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, foto, etc).

D6 – Identificar o tema de um texto.

D7 – Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa.

D8 – Estabelecer relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto.

D9 – Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros.

D10 – Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.

D11 – Distinguir um fato da opinião relativa a este fato.

D12 – Estabelecer relações lógicas discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios, etc.

D13 – Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados.

D14 – Identificar o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e outras notações.

D15 – Reconhecer diferentes formas de tratar a informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.

Segundo Maria Teresa Tedesco coautora dos estudos do Inep, o texto é a menor unidade de sentido, a criança nunca é exposta à leitura de palavras ou frases isoladas, isso desde os níveis iniciais. O exame exige a familiaridade com diferentes gêneros, artigo de opinião, notícia, verbete, fábula, conto, quadrinhos, sempre apresentados antes das 39 questões. Todas com quatro alternativas de resposta e apenas uma correta, referindo-se a um descritor. A ideia básica que norteia toda a prova são as habilidades que o aluno mobiliza para dar sentido à leitura do texto que ele lê.

Autores como Marques (2006) que reflete a educação e evidencia o processo de aquisição da linguagem escrita destaca a forma como as práticas escolares e os métodos para a verificação da aquisição do conhecimento estão sendo administradas pelo professor, e como as políticas públicas vêm interferindo no papel do professor e da escola como instituição pública.

Portanto, os problemas são muitos. A grande maioria dos professores não oferece aos alunos práticas pedagógicas que focam na habilidade da escrita ou possibilitam que o aluno expresse o que aprendeu durante o processo de aprendizagem. Para Antunes (2003) entender

o que ocorre nas práticas escolares entre docentes e discentes, por meio de estudos, análises e avaliações, durante as práticas de aquisição da linguagem verbal e escrita é uma tarefa imprescindível para qualquer trabalho em torno do tema processos de aprendizagem e ensino da linguagem escrita.

A Prova Brasil poderia desempenhar esta função de forma coerente e precisa se fosse organizada de forma a contemplar o processo da escrita, e ao mesmo tempo, mostrar novas possibilidades educativas que possam ser utilizadas para qualificar este processo da linguagem. Como instrumento de diagnóstico ela poderia proporcionar à educação brasileira um grande salto, apontando as dificuldades de aprendizagem que ocorrem na grande parte das instituições públicas, verificar a aprendizagem como um processo complexo, servir de subsídio e fornecer informações para que os professores possam analisar sua própria prática docente e avançar na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, especialmente no ensino fundamental.

Porém, a Prova já está em sua terceira edição e não se verifica grandes progressos nas escolas públicas do Brasil. As instituições não têm um retorno sistemático dos resultados e a análise dos itens acertados é um pouco vaga, pois cada questão refere-se a um descritor e a forma mais simples, para usar os resultados da prova, é comparar a nota da escola com um nível que se considera adequada para o ano. Na maioria das vezes o professor ou até mesmo o gestor não possui material necessário e suficiente para entender e analisar este processo. Assim, os resultados são apenas observados de uma forma muito superficial, a única coisa que se tem claro é que os alunos deveriam atingir um determinado nível considerado adequado pelo Inep.

O ensino da Língua Portuguesa, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), deve estar voltado para a função social da língua. Este é o requisito básico para que os indivíduos possam construir seu processo de cidadania e integrar a sociedade de forma ativa e mais autônoma possível.

Para um aluno ser considerado competente em Língua Portuguesa, precisa dominar habilidades para relacionar-se na sociedade, atuando de maneira adequada nas mais diversas situações sociais de comunicação. E para que isso de fato ocorra é necessário saber interagir verbalmente, precisa saber participar de um diálogo, produzir textos escritos dos diversos gêneros que circulam socialmente.

Conforme o MEC (2008) ler e escrever são competências que devem ser desenvolvidas na escola. Textos de diferentes tipologias como um simples bilhete, uma carta,

até textos mais estruturados como um artigo, uma notícia, uma reportagem, aviso, anúncio, conto, crônica são objetos de estudo sistemático na escola. É de suma importância promover o desenvolvimento do aluno, da capacidade de produzir e compreender textos de diferentes gêneros e em diferentes situações comunicativas, tanto através da oralidade quanto na escrita.

Mas se ler e escrever são consideradas competências importantes para o desenvolvimento cognitivo da criança, porque avaliar apenas a competência leitora, através da Prova Brasil?

Em 2001 houve a atualização das Matrizes de Referência em razão dos Parâmetros Curriculares. Para isto foi feita uma ampla consulta com cerca de 500 professores de 12 estados brasileiros, com representação de todas as regiões do país, com o objetivo de comparar as Matrizes de Referências existentes e o currículo utilizado pelos sistemas estaduais com os PCNs.

De acordo com os PCNs, o eixo central do ensino da língua é o texto. Este ensino pode ser estruturado com base em duas concepções: a tradicional e a discursivo-interacionista.

A abordagem tradicional adotada pelos professores de Língua Portuguesa é apenas instrumental, o ensino é subsidiado por um conjunto de regras que deveriam ser rigorosamente seguidas. Isso fez com que o ensino do Português se tornasse uma prática mecânica, calcada na memorização de listas de coletivos, adjetivos, conjugação de verbos, regras de concordância, pontuação, entre outras, ou na exploração da metalinguagem - classificação de termos e de funções.

Observa-se que é esta metodologia que domina a prática pedagógica da grande maioria dos professores da Língua Portuguesa nas escolas públicas do Brasil. Para Antunes (2003) a prática da escrita é focada em habilidades motoras para produzir sinais gráficos e na memorização de regras ortográficas: para muita gente, não saber escrever ainda equivale a escrever com erros de ortografia. O ensino é focado na gramática e é feito de forma que não produz sentido ao aluno e motive-o a escrever.

Na perspectiva discursivo-interacionista, o ensino da língua é uma atividade interativa, inserida no universo das práticas sociais, discursivas, envolvendo interlocutores, propósitos comunicativos determinados e realiza-se sob a forma de textos, mais especificamente sob a forma de diferentes gêneros de textos. Esta prática deveria se sobressair em nossas escolas. Os professores deveriam tomar a língua como um elemento vivo, como parte da cultura de povo, como elemento mediador para a aprendizagem de outras áreas, de outros conhecimentos.

Portanto, no que se refere ao ensino da Língua Portuguesa, o desafio seria rever e reorientar esta prática, o planejamento e a didática utilizada pelos professores no ensino da língua, reelaborando estratégias para que o aluno adquira a competência ou habilidade que ainda não tenha completamente atingida, no caso a escritura de textos. Mas de acordo com a forma que vem sendo realizada a Prova Brasil não será de fato possível realizar um diagnóstico concreto e real desta situação em nossas escolas e verificar, portanto, o processo da escrita como uma das grandes deficiências do ensino público, pois o foco é apenas na leitura de textos. A escrita contribuiria para a aprendizagem. E desta forma, o aprendizado seria mais significativo para o aluno e o processo educativo ganharia qualidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **A aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 8ª ed., 2003.

ANTUNES, Celso. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: editora Papirus, 1995.

BRASIL. **Constituição da república Federativa**, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil**. Ensino Fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB, Inep, 2008.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1997.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em Educação**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1995

LDB, **Leis de Diretrizes e Bases da Educação**, 1996.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARQUES, Mário Osório. **Escrever é preciso**. Ijuí: Unijuí, 2006.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova-** Um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Rio de Janeiro, Editora Lamparina, 2010.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento- um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

PARÂMETROS CURRÍCULARES NACIONAIS. **Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília, 1997.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: LDB trajetória, limites e perspectivas**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma proposta social**. São Paulo: Ática. 1995.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.